

# **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo<sup>1</sup>**

**Camila Ferracini Origuéla**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

## **Resumo**

O objetivo deste artigo é compreender quem são os sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de São Paulo nestes últimos anos, assim como a sua procedência (rural ou urbana), os aspectos socioeconômicos e as trajetórias no decorrer da luta pelo acesso a terra. A análise dos sujeitos da luta pela terra é imprescindível para a compreensão das características atuais das ocupações de terra, pois são estes sujeitos, organizados coletivamente em um movimento socioterritorial, que constroem os espaços de enfrentamento e resistência. A apreensão dos sujeitos e espaços por eles construídos é indissociável. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, sistematização dos dados sobre ocupações de terra e assentamentos rurais do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e entrevistas semi-estruturadas com famílias acampadas nas microrregiões de Andradina, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente.

**Palavras-chave:** Camponeses; proto-camponeses; luta pela terra; MST.

## **Peasants and proto-peasants: the subjects of the struggle for land in the state of São Paulo**

### **Abstract**

The objective of this article is to understand who are the subjects that compose the land occupations organized by the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the state of São Paulo in recent years, as well as their origin (rural or urban), socioeconomic aspects and the trajectories in the course of the struggle for land. The analysis of the subjects of the struggle for land is essential for understanding the current characteristics of land occupations, since it is these subjects, organized collectively in a socio-territorial movement, that construct the spaces of confrontation and resistance. The apprehension of the subjects and spaces they construct is inseparable. The methodological procedures consisted of a bibliographic review, systematization of land occupations and rural settlements of the Land Struggle Database (DATALUTA) and semi-structured interviews with families camped in the microregions of Andradina, Araçatuba, Marília and Presidente Prudente.

**Keywords:** Peasants; proto-peasants; struggle for land; MST.

## **Los campesinos y los proto-campesinos: los sujetos de la lucha por la tierra en el estado de Sao Paulo**

### **Resumen**

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de dissertação de mestrado defendida em 2014 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

El propósito de este artículo es entender que son los sujetos que componen las ocupaciones de tierras organizadas por el Movimiento de los Sin Tierra (MST) en el estado de São Paulo en los últimos años, así como su origen (rural o urbano), los aspectos socioeconómicos y las trayectorias durante la lucha por el acceso a la tierra. El análisis del tema de la lucha por la tierra es esencial para la comprensión de las características actuales de las ocupaciones de tierras, ya que estos están sujetos organizados colectivamente en un movimiento socio-territorial, la creación de espacios de confrontación y resistencia. La captura de los sujetos y espacios construidos para ellos es inseparable. Los procedimientos metodológicos consistieron en revisión de la literatura, sistematización de datos sobre las ocupaciones de tierras y asentamientos rurales de base de datos de luchar por la Tierra (DATALUTA) y entrevistas semiestructuradas con familias acampadas en las regiones de Andradina, Araçatuba, Marília y el Presidente Prudente.

**Palavras clave:** Campesinos; proto-campesinos; lucha por la tierra; MST.

## Introdução

As lutas pela posse e uso da terra fazem parte do processo de formação do campesinato brasileiro que, desde a sua origem, (re)cria-se ocupando terras e/ou resistindo à expropriação (FERNANDES, 2001). Nesse contexto, sobressaem-se as lutas messiânicas, como a Guerra de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), as lutas espontâneas, como a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), e as lutas organizadas com a formação de movimentos camponeses e sindicatos rurais, como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (MORISSAWA, 2001). Na contemporaneidade, um dos movimentos socioterritoriais que compõe essa extensa trajetória de lutas camponesas no campo é o MST. Seu surgimento oficial, em 1984, faz parte de um novo ciclo de lutas sociais que teve início no final de década de 1970, como as lutas pela democracia, contra o regime ditatorial, e as greves operárias na região metropolitana de São Paulo. Logo, a formação do MST representa a retomada da luta pela terra, interrompida pelo golpe militar de 1964 (TARROW, 1994).

Desde o seu surgimento e consolidação política, o MST possibilitou através de suas lutas, ocupações de terra e manifestações, a territorialização de cerca de 350 mil famílias camponesas, a criação de mais de 400 associações e cooperativas de produção, assistência técnica e crédito agropecuário, a implantação de 96 agroindústrias para o processamento mínimo de alimentos nos assentamentos rurais, a criação de mais de 100 cursos de graduação e, mais recentemente, de pós-graduação para camponeses assentados, além de organizar nestes últimos anos, aproximadamente, 90 mil famílias acampadas em quase todos os estados do país. Levando em consideração essas informações, podemos afirmar que o MST intervém, concomitantemente, na luta pelo acesso a terra e na luta pela permanência na terra e reprodução camponesa, constituindo-

se como um dos principais movimentos socioterritoriais do país e da rede transnacional de movimentos camponeses, a Via Campesina. Dada a sua importância na organização política de camponeses e proto-camponeses que, ao longo deste artigo, analisamos os sujeitos que constroem no âmbito das lutas, enfrentamentos e resistências, ou seja, da práxis, o MST.

O objetivo deste artigo é compreender quem são os sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo MST no estado de São Paulo nestes últimos anos, comumente denominados sem-terra, assim como a sua procedência (rural ou urbana), alguns dos seus aspectos socioeconômicos, como escolaridade e renda, e as suas trajetórias espaciais no decorrer da luta pelo acesso a terra. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, levantamento e sistematização dos dados sobre ocupações de terra e assentamentos rurais do DATALUTA e entrevistas semi-estruturadas com famílias acampadas nas microrregiões de Andradina, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente. A opção por essas microrregiões se deve ao fato de concentrarem um número expressivo de acampamentos e famílias acampadas no estado. Ao todo, foram realizadas cerca de vinte entrevistas semi-estruturadas, baseadas nos pressupostos de Colognese e Melo (1998) a respeito dessa técnica na pesquisa social. No que se refere às amostras, utilizamos a técnica da diversificação e saturação das informações construída no decorrer das entrevistas, conforme Camargo e Gelin (1974).

Nestes últimos anos, a temática abordada neste artigo tem sido insuficientemente explorada pela geografia agrária. Normalmente, os pesquisadores se dedicam aos processos que emergem após o acesso a terra e pouco se atentam aos conflitos por terra, sobretudo às ocupações de terra e acampamentos, por exemplo. Com a análise dos sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo MST no estado de São Paulo, propõe-se contribuir com as discussões sobre a questão agrária, sobretudo no que diz respeito à luta pelo acesso a terra na contemporaneidade e os sujeitos que a protagonizam. Nesse sentido, a apreensão dos sujeitos e dos espaços de luta e resistência é inseparável. Além disso, os resultados deste artigo colaboram, até certo ponto, com as discussões construídas no âmbito dos movimentos socioterritoriais a respeito das estratégias de lutas pela e na terra. E, assim, compreender a diversidade do campesinato.

O artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, analisamos os diferentes contextos histórico-geográficos da luta pela terra no estado de São Paulo. Nesse tópico, ressaltamos como os intensos conflitos por terra que ascenderam nas décadas de 1960, 1970 e 1980 corroboraram com o surgimento do MST. Além disso, apresentamos as mudanças que ocorreram nas estratégias de espacialização do Movimento ao longo das décadas de 1990 e 2000, assim como dos sujeitos que as protagonizaram, destacando a relação entre sujeitos e espaços no bojo da luta pela terra. Na segunda seção, analisamos a partir do referencial teórico e das

entrevistas semi-estruturadas quem são os sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo MST nestes últimos anos, considerando a sua procedência (rural ou urbana), alguns aspectos socioeconômicos e, por fim, as trajetórias espaciais desses sujeitos no decorrer da luta pelo acesso a terra.

### **Questão agrária e luta pela terra no estado de São Paulo**

A questão agrária é um problema estrutural desencadeado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista na agricultura (OLIVEIRA, 1991). No âmbito desse processo ocorre, concomitantemente, a expansão de relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado, e não capitalistas, como o trabalho familiar (MARTINS, 1995). A (re)criação do campesinato também ocorre por intermédio da luta pela terra, mais especificamente, das ocupações de terra (FERNANDES, 2000). Desde a década de 1980, as ocupações de terra se tornaram cada vez mais imprescindíveis para a (re)criação do campesinato através da conquista de assentamentos rurais, compreendidos como territórios camponeses. A ocupação da terra é uma estratégia não capitalista de (re)criação do campesinato construída a partir da organização, enfrentamento e resistência dos movimentos socioterritoriais. Após o acesso a terra, os camponeses são (re)criados subordinando-se ao modo de produção capitalista (MARTINS, 1995) ou, ao contrário, construindo estratégias de resistência e autonomia aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008).

As ocupações de terra são a materialização da disputa territorial entre diferentes classes sociais, campesinato e latifundiário-capitalista, e modelos de desenvolvimento da agricultura, capitalista e camponês (FERNANDES, 2001; 2008). Os conflitos por terra não se restringem ao momento do enfrentamento, pois compõe a conflitualidade, um processo constante produzido pela territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capitalismo e campesinato<sup>2</sup>. A ocupação da terra não é alheia ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas é um dos resultados deste processo que, por sua vez, permite a construção de outro modelo de desenvolvimento da agricultura<sup>3</sup>. Ao organizar um grupo de camponeses e/ou proto-camponeses, ocupar uma porção de terra, montar um acampamento, construir uma escola itinerante, organizar uma manifestação, dialogar com o Estado, os movimentos socioterritoriais proporcionam a territorialização do campesinato e contribuem, concomitantemente, com o desenvolvimento da agricultura.

O camponês pode ser compreendido como um modo de vida e produção que se distingue do modo de produção capitalista, uma vez que seu propósito não é a reprodução

---

<sup>2</sup> Op. Cit.

<sup>3</sup> Op. Cit.

ampliada de capital, mas sim a reprodução social da família (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 2005). Nos processos de enfrentamento e resistência ao modo de produção dominante, corporificado pelo agronegócio, o campesinato compõe uma classe social que se opõe ao latifundiário-capitalista (PAULINO, 2012; CARVALHO, 2012). O campesinato é uma classe que possui um caráter dúplice no processo social, pois é, ao mesmo tempo, proprietária da terra e dona da sua força de trabalho (ALMEIDA, 2008). Por sua vez, o proto-camponês corresponde aos trabalhadores assalariados do campo e da cidade, aos trabalhadores formais e informais, aos desempregados ou moradores de rua que lutam pelo acesso a terra, ocupando latifúndios, construindo acampamentos, organizando manifestações, compondo movimentos socioterritoriais. Logo, podem ser sujeitos que em algum momento de suas vidas foram camponeses, mas acabaram migrando para a cidade, assalariando-se, ou sujeitos que nunca tiveram contato com a terra, que em nenhuma circunstância foram camponeses, mas mesmo assim alimentam o desejo de conquistar um pedaço de terra, produzindo, desta forma, a sua ressocialização (BARTRA, 2013).

O processo de recriação, mas, sobretudo, de criação de camponeses é atual e ocorre, com maior ou menor intensidade, em diferentes países do mundo, como no Brasil, na Rússia, na Holanda, entre outros (FERNANDES, 2000; PLOEG, 2008; SHANIN, 2008; ORIGUÉLA, 2014). São fenômenos produzidos pela mobilização, organização e ação de camponeses e proto-camponeses, que reivindicam terras para a sua sobrevivência e reprodução social. De acordo com Ploeg (2008), a (re)criação do campesinato, ou como o próprio autor denomina, a recampesinização, ocorre por meio de um duplo movimento que implica, primeiro, o aumento do número de camponeses através de um influxo exterior e/ou de uma reconversão de agricultores empresariais em camponeses e, segundo, o aumento da autonomia do campesinato através do desenvolvimento de atividades produtivas que se distanciam cada vez mais dos mercados. Assim, o campesinato é a força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento do capitalismo em sua fase mais recente (VELTMAYER e PETRAS, 2008), seja na luta pelo acesso a terra ou na luta pela autonomia.

No caso do estado de São Paulo, a partir da segunda metade do século XX, eclodiram inúmeras lutas pela posse e uso da terra. Nos anos 1950, os conflitos por terra no município de Santa Fé do Sul deram origem ao Movimento Arranca Capim (BOMBARDI, 2006). Por sua vez, entre 1965 e 1981, período de modernização (conservadora) da agricultura, ocorreu cerca de 130 conflitos por terra, com destaque para as regiões de Bauru (1), Sorocaba (3), Campinas (3), Marília (4), São José do Rio Preto (6), Araçatuba (9), Vale do Paraíba (10), Ribeirão Preto (14), Pontal do Paranapanema (24) e litoral (54) (FERNANDES, 1996). Nesse momento, os conflitos por terra eram espacialmente dispersos, politicamente fragmentados e protagonizados, essencialmente, por camponeses. As lutas camponesas, sobretudo na região Centro-Sul do país, assim como os movimentos pela

redemocratização do Brasil, as greves dos assalariados rurais no estado de São Paulo e no Nordeste e as greves operárias na região metropolitana de São Paulo contribuíram com a constituição de lugares sociais ou espaços de socialização política, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos quais os camponeses sem-terra se organizavam em torno de um objetivo comum: o acesso a terra, dando origem, mais tarde, ao MST (FERNANDES e STÉDILE, 1999; COLETTI, 2005).

A articulação das lutas camponesas, pulverizadas nos estados do Centro-Sul do país, ocorreu através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada aos setores progressistas da Igreja Católica e Igreja Evangélica de Comissão Luterana do Brasil (COLETTI, 2005). Foi por intermédio da CPT que os encontros regionais dos sem-terra ocorreram no início dos anos 1980, rompendo com o isolamento das lutas pelo acesso e permanência na terra, até resultar no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, que ocorreu em 1984 no Centro Diocesano de Formação do município de Cascavel-PR, com a presença de camponeses representando as lutas dos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo (FERNANDES e STÉDILE, 1999; COLETTI, 2005). Foi nesse encontro que ocorreu a oficialização do MST enquanto movimento de luta pela terra e reforma agrária. A constituição do MST é resultado da organização e ação política dos camponeses sem-terra excluídos e expropriados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura.

A composição do MST no estado de São Paulo, especificamente, está associada ao surgimento de três movimentos de luta pela terra: o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré (FERNANDES, 1996). O primeiro movimento é resultado das lutas dos camponeses posseiros da fazenda Primavera, localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, organizadas pela CPT e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo (FETAESP)<sup>4</sup>. O segundo movimento era formado por camponeses sem-terra, trabalhadores desempregados, boias-frias que trabalhavam na destilaria Alcídia e ribeirinhos atingidos pela construção das usinas hidrelétricas Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu<sup>5</sup>. Por fim, o Movimento dos Sem Terra de Sumaré era composto por camponeses que migraram para a região metropolitana de São Paulo, em sua maioria desempregados<sup>6</sup>.

Os conflitos por terra assumem diferentes formas, pois expressam os nuances das contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura

---

<sup>4</sup> Op. Cit.

<sup>5</sup> Op. Cit.

<sup>6</sup> Op. Cit.

(GRZYBOWSKI, 1990). Um exemplo disso são as diferentes formas de origem das lutas pela terra neste período. Em Andradina, os sem-terra que participaram dos conflitos pela fazenda Primavera eram camponeses posseiros, diferente dos sem-terra do Pontal do Paranapanema, que eram camponeses posseiros, mas também boias-frias, ribeirinhos e desempregados. Já em Sumaré, os sem-terra residiam na região metropolitana de São Paulo, embora a maior parte fosse de procedência rural (FERNANDES, 1996). Nesse período, a luta pela terra tanto no Pontal do Paranapanema como em Sumaré já apresentavam um dos elementos que caracteriza as lutas pelo acesso a terra na atualidade: o protagonismo dos proto-camponeses, conforme será apresentado no próximo tópico.

Nesse contexto, a ocupação da terra se destaca como a principal estratégia de luta pela terra, não só no estado de São Paulo, mas em outros estados do país, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul. O MST é resultado da ocupação da terra e esta é a sua principal forma de espacialização e, conseqüentemente, territorialização (FERNANDES, 2000). De acordo com Fernandes (1996), a espacialização do MST ocorre através do multidimensionamento do espaço de socialização política em: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. Enquanto os dois primeiros espaços são construídos no âmbito das CEBs, o último espaço consiste na materialização da luta pela terra, o acampamento. Os espaços comunicativo e interativo são lugares em que os camponeses dialogam criticamente a respeito da realidade em que vivem, conscientizando-se da possibilidade de transformá-la através da organização política e espacial (FERNANDES, 1996). Posteriormente aos processos de comunicação e interação, os sem-terra decidem ou não pela ocupação da terra, caso a decisão seja positiva, concretiza-se o acampamento. Esses processos, em conjunto, viabilizam o acesso a terra ou, em outras palavras, a conquista da terra e do território, possibilitando não só a territorialização dos camponeses, mas também do próprio MST, que passa a atuar em diferentes dimensões da luta na terra. Com a criação do assentamento rural, surgem novos desafios aos camponeses e ao próprio Movimento no que diz respeito à produção, educação, formação política, entre outros (FERNANDES, 1996). A atuação do MST em diferentes dimensões das lutas na terra é fundamental para a continuidade dos processos de espacialização e territorialização.

No trecho a seguir, podemos compreender a importância dos espaços comunicativo e interativo na espacialização do MST. Após participar de várias reuniões, uma família sem-terra que morava e trabalhava no município de Campinas, decidiu migrar para o município de Castilho com o objetivo de ocupar uma propriedade e de transformá-la em um território camponês:

A minha família migrou do estado do Paraná pra Campinas, aqui em São Paulo, em 1987. [...] Em 1989, meu pai trabalhava na construção civil [...], como servente de pedreiro. **Na construção, meu pai foi informado que em Sumaré estava sendo organizado um grupo de sem-terra [...]. Essa era a conversa, conquistar uma terra da reforma agrária. Meu pai foi na primeira reunião, foi na segunda, ele ficou totalmente empolgado, a gente tinha saído da terra, nós vivíamos no Paraná através do arrendamento de terra, arrendava pequenos sítios e plantava. Agora a ideia era ter uma terra que fosse nossa. Ele foi às reuniões e ficou extremamente empolgado com essa ideia, ele convenceu a minha mãe a ir a algumas reuniões e em seguida eles nos venceram. Nós éramos cinco filhos, hoje nós somos sete.** [...] Nós concordamos, gostamos da ideia de voltar para a terra, de ter um sítio, de ter uma área que fosse nossa, porque a nossa experiência era viver na terra que era dos outros. **Em seguida, uns quatro, cinco meses depois que começamos a participar das reuniões que aconteciam em Sumaré [...]. Em todas as regiões de Campinas estavam acontecendo reuniões. Na época a gente não participava de todas porque tinha reuniões em bairros e também tinha encontros centralizados. [...] Viemos de Campinas no ano de 1989 e ocupamos a fazenda Pendengo, no município de Castilho.** [...] Nós viemos em quatro ônibus e cinco caminhões, todos vieram para a fazenda Pendenga, ocupada no dia 27 de janeiro de 1989, numa madrugada fria, não era tão fria, mas chuvosa. Naquele tempo não conseguimos essa área (Coordenador estadual do MST entrevistado em junho de 2013, grifo nosso).

No processo de espacialização do MST, os sem-terra estabelecem distintas metodologias de luta, resistência e negociação com o Estado e latifundiários-capitalistas (FERNANDES, 2001). Um exemplo disso é a constituição dos espaços de socialização política que podem acontecer em diferentes momentos da luta pela terra, com maior ou menor intensidade<sup>7</sup>. Enquanto na década de 1980, esses espaços eram produzidos no âmbito das CEBs, a partir dos anos 1990 passaram a ser estabelecidos a partir dos trabalhos de base realizados pelo setor de frente de massa do MST. Os trabalhos de base são realizados no campo e na cidade com o objetivo de organizar camponeses e proto-camponeses interessados em lutar por terra. No campo, os trabalhos de base são realizados, principalmente, com posseiros, arrendatários ou trabalhadores rurais. Na cidade, os trabalhos de base podem ocorrer tanto nas áreas centrais como periféricas, arregimentando trabalhadores formais e informais, desempregados e, até mesmo, moradores de rua.

A espacialização do MST através do multidimensionamento do espaço de socialização política se refere a um período específico da luta pela terra, o de consolidação do Movimento (FELICIANO, 2003). Embora imprescindível para a compreensão da espacialização e territorialização do MST no estado, a interpretação desenvolvida por Fernandes (1996) não explica a complexidade espacial e territorial das ocupações de terra nestas últimas duas décadas. A partir de meados da década de 1990, sobretudo em virtude

---

<sup>7</sup> Op. Cit.

da massificação das ocupações de terra organizadas pelo MST, novas estratégias de enfrentamento e resistência são construídas, como a sobreposição dos espaços de socialização política em um único espaço, o de luta e resistência (FELICIANO, 2003). Ao organizar apenas um espaço, o acampamento, o MST massificou suas lutas, mas também prejudicou, de certa forma, a formação política dos sem-terra. Assim, as ocupações de terra não eram mais produtos da socialização política dos sem-terra, mas sim da decisão individual de romper ou não com as condições de precariedade em que se encontravam<sup>8</sup>.

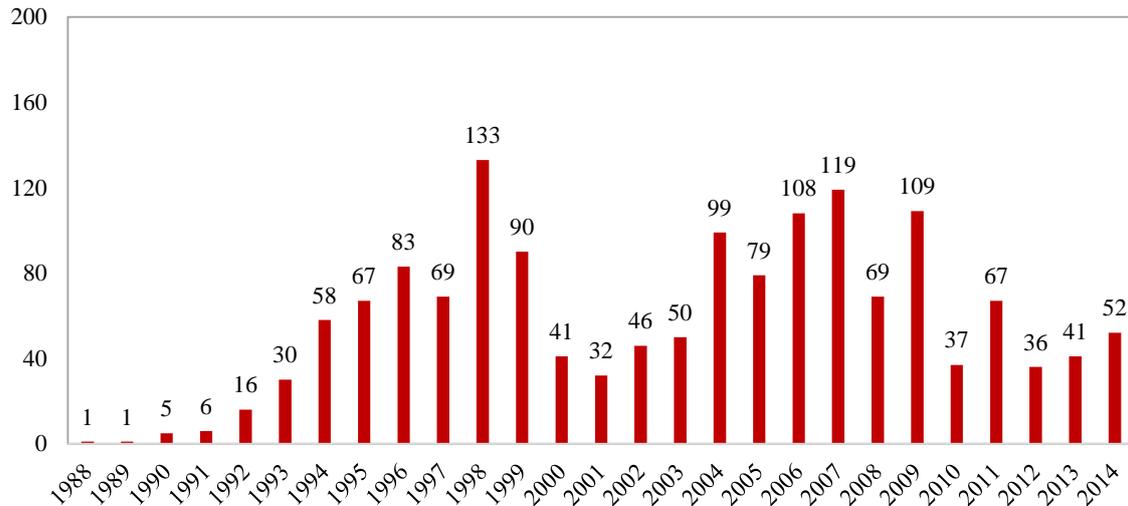
A ocupação da terra é, portanto, “[...] uma ação que pode ser individual ou coletiva em questionar e reivindicar um espaço que estava até então em desuso”. E “é justamente no momento em que ocorre uma ocupação, que o desuso da terra como produto de negócio é questionado, que ocorre o embate político com relação a sua legitimidade” (FELICIANO, 2003, p. 100). De acordo com este autor, a ocupação da terra determina a constituição de quatro espaços específicos: o político, o local, o legal e o simbólico. Ao ocupar uma propriedade rural, os sem-terra ocupam e lutam na esfera política, visto que a formação do acampamento é o primeiro passo para a negociação política entre Estado e movimento socioterritorial; na esfera local, pois as famílias acampadas reivindicam ao poder municipal o acesso à água, escola, transporte público, entre outros; na esfera legal quando a ordem de reintegração de posse é emitida; e, por último, na esfera simbólica, ao dialogar com a sociedade sobre a imprescindibilidade da reforma agrária<sup>9</sup>.

Podemos observar a popularização das ocupações de terra nos gráficos a seguir. No primeiro gráfico, é possível notar que o número de ocupações de terra aumentou significativamente em meados dos anos 1990, assim como o número de camponeses e proto-camponeses envolvidos, conforme o gráfico 2. Na primeira metade dos anos 1990 foram registradas 115 ocupações de terra com aproximadamente 18.500 famílias. Por sua vez, na segunda metade da década de 1990 foram registradas 442 ocupações de terra com cerca de 85.000 famílias.

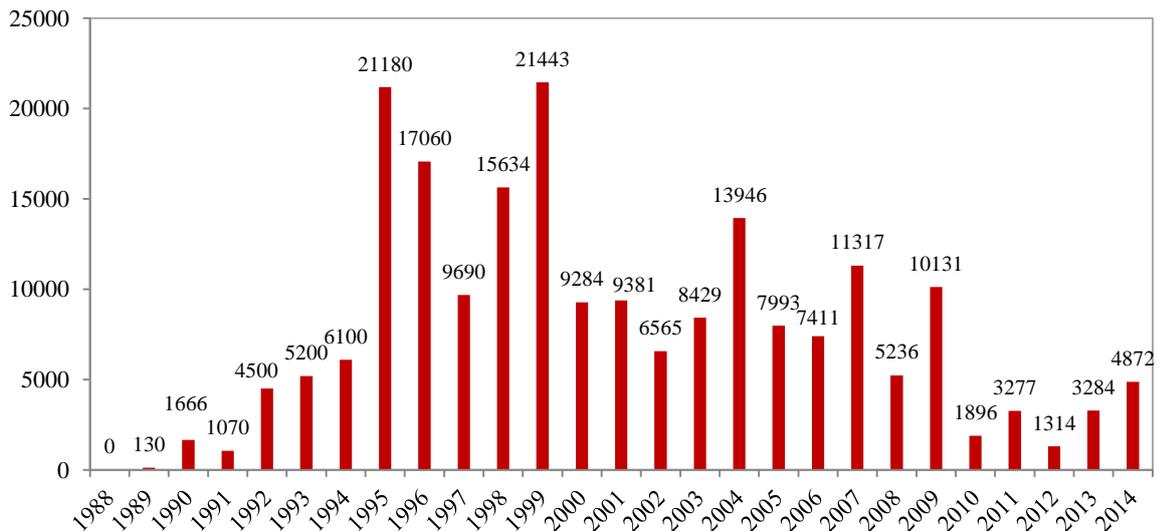
---

<sup>8</sup> Op. Cit.

<sup>9</sup> Op. Cit.

**Gráfico 1:** São Paulo - Número de Ocupações de Terra - 1998-2014

Fonte: DATALUTA, 2015.

**Gráfico 2:** São Paulo - Número de Famílias em Ocupações de Terra - 1988-2014

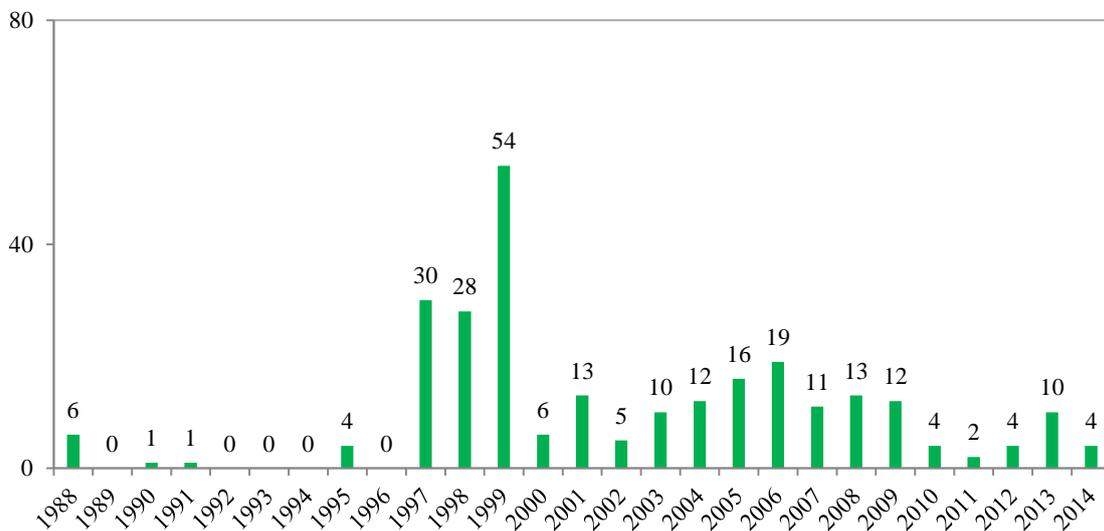
Fonte: DATALUTA, 2015.

A partir de 1995, a massificação das lutas do MST só foi possível em virtude de um conjunto de fatores, dos quais se destacam o aparente diálogo entre o Movimento e o governo Fernando Henrique Cardoso no que se refere à implantação de assentamentos rurais e, ainda, os efeitos perversos das políticas neoliberais que provocaram a falências de pequenos produtores, a concentração de renda, o aumento da pobreza, a degradação das condições de trabalho e o aumento do desemprego rural e urbano, produzindo uma massa de marginalizados que passaram a ser arrematados pelo MST e a compor a sua base social (COLETTI, 2005). Com a expansão e intensificação das lutas, o MST coloca a reforma agrária no centro do debate político deste período e se transforma no mais

importante movimento socioterritorial de resistência ao projeto neoliberal no governo Fernando Henrique Cardoso<sup>10</sup>.

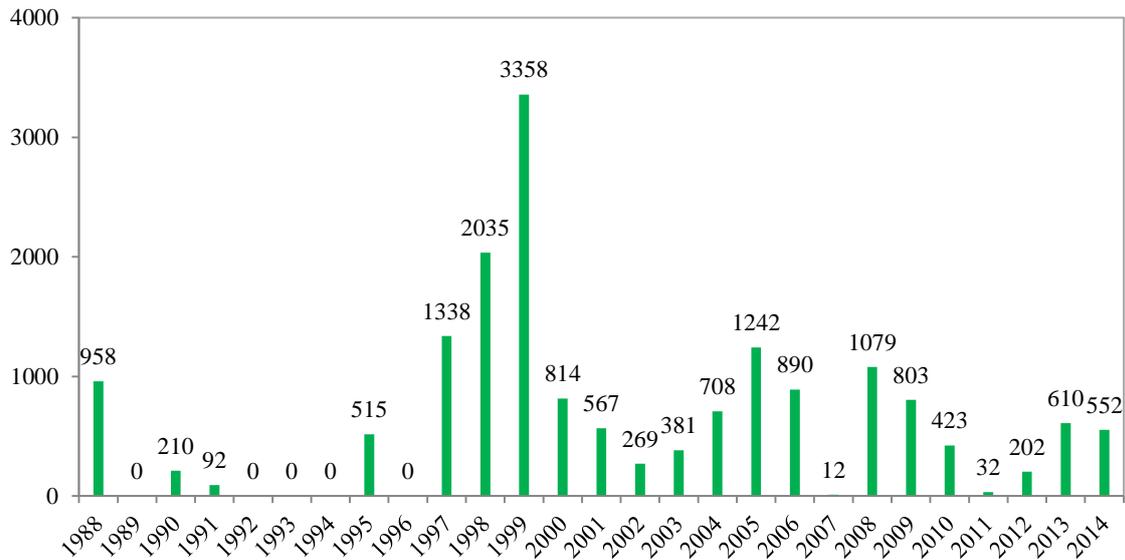
Os resultados das ocupações de terra podem ser observados nos gráficos 3 e 4. De acordo com os gráficos, na primeira metade dos anos 1990 foram criados apenas 2 assentamentos rurais com 302 famílias. Porém, antes disto, em 1988 foram criados 6 assentamentos rurais com 958 famílias. Já entre 1995 e 1999, foram criados 116 assentamentos rurais com 7.246 famílias. Podemos concluir que, com a intensificação das ocupações de terra, aumentou o número de assentamentos rurais, revelando que a espacialização das lutas é fundamental para a sua territorialização.

**Gráfico 3:** São Paulo - Número de Assentamentos Rurais - 1998-2014



Fonte: DATALUTA, 2016.

<sup>10</sup> Op. Cit.

**Gráfico 4:** São Paulo - Número de Famílias Assentadas - 1988-2014

Fonte: DATALUTA, 2016.

Do ponto de vista geográfico, as ocupações de terra, principalmente aquelas organizadas pelo MST, concentram-se na região administrativa de Presidente Prudente (ver tabela 1). Isso se deve ao fato de uma parte das terras desta região pertencer ao Estado, são terras devolutas, historicamente griladas por fazendeiros. Logo, a intensidade dos conflitos agrários na região se deve à questão da titularidade das terras. Ademais, as outras regiões que se destacam são Sorocaba, Araçatuba e Bauru em função da existência de terras devolutas, mas, principalmente, de terras improdutivas, os latifúndios. Desde meados dos anos 2000, essas terras estão sendo destinadas para a produção de cana-de-açúcar, compondo o circuito produtivo dos agrocombustíveis, bloqueando a reforma agrária e, conseqüentemente, a luta pela terra no estado, conforme será abordado no próximo tópico.

**Tabela 1:** São Paulo - Número de Ocupações de Terra por Região Administrativa - 1988-2014

| Região Administrativa | Número de Ocupações de Terra |
|-----------------------|------------------------------|
| Presidente Prudente   | 935                          |
| Sorocaba              | 121                          |
| Araçatuba             | 117                          |
| Bauru                 | 114                          |
| Marília               | 54                           |
| São José dos Campos   | 49                           |
| Campinas              | 41                           |
| Ribeirão Preto        | 29                           |
| Barretos              | 25                           |
| Franca                | 24                           |
| Central               | 19                           |
| São José do Rio Preto | 3                            |
| São Paulo             | 22                           |
| <b>Total</b>          | <b>1.553</b>                 |

Fonte: DATALUTA, 2016.

A massificação das lutas do MST, imprescindível para a sua espacialização e territorialização em diferentes regiões do estado e do país, produziu contradições como o afastamento das lideranças da base social do Movimento, a limitada formação política dos camponeses e proto-camponeses acampados e a dissidência do MST, resultando na formação de outros movimentos socioterritoriais (FELICIANO, 2003; SOBREIRO FILHO, 2013; ORIGUÉLA, 2014). Ao unificar temporalidades distintas no âmbito de suas lutas, o MST se espacializa nessa permanente tensão entre a diversidade e a unidade, produzindo contradições (PORTO-GONÇALVES, 2005). Os conflitos e as afinidades estabelecidas no decorrer das lutas pelo acesso da terra ficam ainda mais evidentes nos assentamentos rurais (MARCOS e FABRINI, 2011). Quando as desavenças políticas, sobretudo entre os próprios sem terras, não são remediadas ou minimizadas nos acampamentos, emergem nos assentamentos rurais na formação de diversos grupos com afinidade política, geográfica, religiosa, de parentesco, entre outras<sup>11</sup>. As divergências, assim como as empatias, podem, na maioria dos casos, prejudicar a organização da luta na terra, seja na construção da agroecologia, no financiamento de máquinas agrícolas, nas práticas associativas e cooperativas, no acesso a políticas públicas, na construção de unidades de beneficiamento e, até mesmo, na comercialização dos produtos da reforma agrária.

A intensificação das ocupações de terra, o massacre de Corumbiara no estado de Rondônia, o massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará e a “Marcha Nacional

<sup>11</sup> Op. Cit.

por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” que reuniu cerca de 1.300 camponeses e proto-camponeses em 1996 induziu o governo Fernando Henrique Cardoso a tomar uma série de medidas para enfraquecer politicamente o Movimento (COLETTI, 2005). No segundo mandato (1999-2002), o governo criou a Medida Provisória nº 2.109-49 de 27 de fevereiro de 2001. De acordo com a MP, é proibida a vistoria de imóveis rurais públicos ou particulares que venham a ser objeto de esbulho possessório ou ocupação de terra motivada por conflito fundiário; os imóveis rurais não poderão ser avaliados por um prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período caso o imóvel seja reocupado; os processos administrativos em tramitação serão suspensos enquanto não cessada a ocupação do imóvel; e os beneficiários da reforma agrária serão excluídos do programa caso participem de ocupações de terra. Ademais, os processos judiciais criminais movidos contra os militantes do MST aumentaram significativamente. Somente contra os militantes que atuam no Pontal do Paranapanema, acionaram-se, entre 1991 e 2010, 367 processos (SOUZA, 2012).

A criminalização das ocupações de terra, assim como repressão política aos movimentos socioterritoriais, principalmente o MST, é uma tentativa do Estado de se esquivar de um problema fundiário secular, que é a concentração de terras, e das mazelas socioeconômicas causadas pelo desenvolvimento do capitalismo, seja no campo ou na cidade (FERNANDES, 2001). Logo, o Estado opta por repreender as ações dos sem terra ao invés de investir cada vez mais na política de reforma agrária. Mesmo com a atuação repressiva do Estado, as ocupações de terras e os acampamentos não cessaram, como podemos observar no gráfico 1. Pelo contrário, novas estratégias de luta pelo acesso a terra foram construídas ou intensificadas. As ocupações de terra, por exemplo, passaram a ser realizadas, essencialmente, em propriedades limítrofes àquelas reivindicadas pelo MST, evitando assim que o INCRA suspenda a vistoria do imóvel reivindicado (FELICIANO, 2003), e a organização de manifestações reivindicando a aceleração dos processos de reforma agrária e a criação de políticas públicas para as famílias assentadas passaram a fazer cada vez mais parte das estratégias de luta do MST.

O número de ocupações de terra voltou a crescer significativamente no estado e em praticamente todo o país no ano de 2003. De acordo com os gráficos 1 e 2, na primeira metade dos anos 2000 ocorreram 268 ocupações de terra com 47.605 famílias em ocupações. Já na segunda metade, ocorreram 484 ocupações de terra com 42.088 famílias em ocupações. Enquanto o número de ocupações de terra quase dobrou no segundo período, o número de famílias em ocupações sofreu uma pequena diminuição. Conforme os gráficos 3 e 4, com relação às conquistas, entre 2000 e 2004 foram criados 46 assentamentos rurais com 2.739 famílias assentadas. Por sua vez, entre 2005 e 2009 foram criados 71 assentamentos rurais com 4.026 famílias assentadas. Nesse período, a

intensificação das ocupações de terra é resultado da eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva que, ao longo de sua campanha presidencial e no primeiro ano de seu mandato com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), prometeu realizar uma ampla reforma agrária no país.

O governo Luís Inácio Lula da Silva não realizou uma ampla reforma agrária, mas sim uma reforma agrária conservadora, em que as políticas de obtenção de terras se resumiram a regularização fundiária, sobretudo no Norte do país (FERNANDES, 2013). Ao priorizar a regularização fundiária, o governo Lula não alterou a estrutura fundiária brasileira, pelo contrário, contribuiu com a sua concentração ao impulsionar a produção de *commodities* em seus dois mandatos. No caso do estado de São Paulo, houve a expansão do cultivo da cana-de-açúcar para a obtenção de etanol, um agrocombustível. É nesse contexto de não realização de uma ampla reforma agrária e avanço do agronegócio canavieiro que a partir de 2010 o número de ocupações de terra, assim como o número de assentamentos rurais, retraiu significativamente e novas estratégias de luta pela terra ascenderam. Entre 2010 e 2014 ocorreram 233 ocupações de terra com 14.643 famílias em ocupações. Nesse mesmo período, foram criados apenas 24 assentamentos rurais com 1.819 famílias assentadas, números que só não são menores que os da primeira metade dos anos 1990, indicando o retrocesso da política de reforma agrária.

### **Campesinato, proto-campesinato e as suas trajetórias na luta pela terra**

Mesmo com a diminuição do número de ocupações de terra e assentamentos rurais nestes últimos anos, a luta pelo acesso a terra não cessou no estado de São Paulo. Pelo contrário, outras estratégias de enfrentamento e resistência emergiram, como o protagonismo dos proto-camponeses, a organização de diferentes tipos de acampamentos e a sistematização de circuitos de lutas regionais, conforme será abordado neste tópico. O protagonismo dos proto-camponeses faz parte do contexto atual dos conflitos por terra, no qual a luta pela terra também se caracteriza enquanto luta contra o desemprego, o trabalho informal, o trabalho precário, a marginalidade e a miséria nos espaços urbanos (GOLDFARB, 2011). Embora essa realidade seja a mesma nos espaços rurais. No bojo do processo de espoliação nas cidades, os proto-camponeses compreendem a luta pelo acesso a terra como uma maneira de melhorarem as suas condições socioeconômicas, circunstância que as cidades não oferecem para a maior parte da população<sup>12</sup>. Nesse contexto, a terra é apreendida como uma forma de romper com a subordinação, de obter liberdade. Assim, quando o assalariamento não é uma alternativa viável para os

---

<sup>12</sup> Op. Cit.

trabalhadores do campo e da cidade, a escolha é lutar por um pedaço de terra (COLETTI, 2005).

Os proto-camponeses lutam em prol da sua sobrevivência, mas, acima de tudo, pela liberdade e autonomia (relativa) que só os camponeses dispõem, pois são donos da sua força de trabalho, diferente dos assalariados. No trecho abaixo, um acampado narra o desejo de conquistar um lote de terra para a sua família e, assim, obter algo que seja seu, depois de anos trabalhando, sem nada conquistar:

Sonho antigo. A gente que é criado na lavoura, trabalhou, trabalhou, trabalhou e não teve grandes resultados [...]. Tem uma hora que você chega e fala “não, eu tenho que conseguir um negócio pra mim”. A gente já foi acampado no Dandara há muitos anos e não deu certo para nós. Nós continuamos a luta agora, de 4 anos para cá. A gente vê as pessoas que se dão bem com um “pedacinho” de terra, então a gente fala “não, o caminho nosso é por aqui, vamos por aqui”. Pensando futuramente, por que eu já estou nos meus 60 anos, mas eu tenho minha filha, tenho meus dois netos, meu sonho é colocar eles dentro da terra comigo, conseguir morar aqui juntos e continuar a vida juntos (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

No processo de luta pela terra, os proto-camponeses migram constantemente de uma região para outra, no estado ou interestadual, e de um acampamento para outro, com o objetivo de sobreviver e, ao mesmo tempo, driblar o tempo de espera na conquista de um lote de terra. O tempo entre a ocupação, o acampamento e o assentamento rural é de, no mínimo, cinco anos. Em alguns casos, ultrapassa dez anos. Nesse ínterim, muitos proto-camponeses desistem, migram para outras regiões e acampamentos, depois de um tempo, retornam para os acampamentos e, assim, sobrevivem migrando, à procura de terra, emprego e melhores condições de vida. Essa é uma singularidade do campesinato brasileiro que, desde o período colonial, é um sujeito migrante (PAULINO, 2012). No trecho abaixo, um acampado narra a sua trajetória espacial no processo de luta pelo acesso a terra:

Eu vim do Nordeste, [estado de] Pernambuco. Vim para cá com três meses. Meu pai era lavrador, mexia com roça. Até hoje, eu lembro que em 1968, eu ainda era um moleque, meu pai adquiriu uma terra como meeiro lá no Segundo Aliança para plantar. Até hoje tem bastante gente assentado lá. [...] Naquela época, eu lembro que a situação era tão ruim que não tinha casa. Ele [o pai] cortava aqueles coqueiros para fazer a casa [...]. Eu lembro que teve uma época que minha mãe não tinha um fósforo para acender o fogo, nós acendíamos um toco e o largava queimando para no outro dia acender. Aí de lá, nós viemos para Araçatuba, fomos morar perto do aeroporto em uma fazenda. Meu pai plantava roça lá. Eu já comecei a ajudar. Aí de lá nos mudamos para a cidade. Eu trabalhei na Secretaria da Fazenda. Voltei a trabalhar no campo, colhendo tomate para o Ceasa [...]. Aí fui trabalhar em uma fazenda. Saí, vim para a cidade, trabalhei como mecânico. Fui para o Nordeste, voltei e continuei trabalhando numa coisa e outra. (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

Os proto-camponeses são, em sua maioria, de procedência rural. São filhos de camponeses, nasceram e cresceram no campo, mas perderam as suas terras ou foram expulsos das terras em que viviam como meeiros ou arrendatários, migrando para as cidades em busca de oportunidades. Depois de um longo período nas cidades, de vivenciarem a flexibilização e precarização do trabalho, os proto-camponeses encontram na luta pela terra a possibilidade de construir uma vida mais justa. No trecho a seguir, um acampado menciona a sua procedência rural e a migração para diferentes cidades, provavelmente à procura de um emprego digno:

Eu nasci em Peabiru, pra lá de Maringá [...]. Lá, nós éramos arrendatários. Naquele tempo, era aquele negócio de posse que nem eu entendo. Meu pai tinha 20 alqueires de terra lá, mas acho que era grilado [...]. Depois, com o tempo, meu pai vendeu e nós viemos para outro sítio, só que já era sítio arrendado, não era nosso. De Juranda eu vim direto para Porecatu [...]. E hoje eu estou morando em Itaguajé. (Acampado entrevistado em março de 2013).

A maior parte dos proto-camponeses que luta por terra vive na cidade, mas, normalmente, trabalha no campo. Enquanto alguns trabalham em usinas de cana-de-açúcar como motoristas de caminhão, outros trabalham como diaristas em lavouras de diferentes tipos. Todavia, a maior parte sobrevive dos chamados “bicos”, sejam eles no campo ou na cidade. Nesses casos, assim como no dos que trabalham como diaristas em lavouras, os proto-camponeses compõem uma fração dos trabalhadores informais, que não possuem registro em suas carteiras de trabalho. Esse cenário reflete a situação da classe trabalhadora, daqueles que não conseguindo se inserir no mercado de trabalho formal, sobrevivem na informalidade, sem direitos trabalhistas. Ademais, alguns proto-camponeses são aposentados/pensionistas, outros estão desempregados e uma pequena parcela é beneficiária de programas sociais, como o Bolsa Família. Esse programa social é constantemente apontado como um dos fatores que explica o retrocesso da luta pela terra nestes últimos anos. Entretanto, alguns proto-camponeses só conseguem permanecer nos acampamentos, lutando pelo acesso a terra, por que recebem o benefício. Logo, o Bolsa Família, por um lado, inibe o processo de luta pela terra e, por outro lado, permite a resistência dos proto-camponeses na luta.

A renda mensal dos proto-camponeses varia de acordo com as funções que eles exercem. Os que trabalham nas usinas como motoristas possuem uma renda de cerca de R\$ 1.300,00. Os que trabalham como diaristas em lavouras ou que fazem “bicos” varia de R\$ 180,00 a R\$ 800,00. Os aposentados e pensionistas normalmente possuem renda de um salário mínimo. Os desempregados não possuem renda e sobrevivem com a ajuda de familiares ou dos próprios proto-camponeses. Para esses sujeitos, com renda praticamente

zero, que trabalham informalmente, o ingresso na terra significa ter, pelo menos, acesso a alimentos. No trecho abaixo, um acampado menciona que com o acesso a terra poderá cultivar o seu próprio alimento. Para ele, o fato de produzir aquilo que a sua família necessita para sobreviver, de obter segurança alimentar, já é ter uma condição socioeconômica melhor:

Eu optei pela luta porque eu amo mexer com a terra. Eu gosto de terra, de plantar, de colher, de tirar a minha alimentação da terra. Eu tomei conta de uma fazenda e eu ia para cidade e comprava coisas supérfluas, como açúcar, óleo, essas coisas enlatadas, porque o resto eu mesmo produzia na fazenda em que tomava conta. Eu produzia tudo lá, produzia feijão e, até mesmo, arroz. Eu tirava o meu sustento da fazenda, quer dizer, meu ordenado estava ali, porque eu tirava praticamente tudo da terra. Eu acho que hoje, pra quem tem 5 ou 6 alqueires de terra, se ele se dedicar a plantar, ele vive como se fosse rico. A alimentação está muito cara. Só que ele tem que trabalhar, tem que entender, não adianta ir para a terra se não entender no que está mexendo (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

Embora os proto-camponeses sejam os protagonistas da luta pelo acesso a terra na atualidade, alguns camponeses também participam desse processo, sobretudo, aqueles que vivem como agregados nos lotes dos pais que já são assentados. Esse cenário não é tão comum como deveria ser, visto que uma parte significativa dos filhos dos assentados não tem oportunidades para continuar na terra, para se reproduzir enquanto camponês. E isso se deve a um conjunto de fatores, como a falta de políticas públicas para os jovens que vivem nos assentados rurais. No trecho a seguir, um coordenador estadual do MST menciona porque os filhos dos assentados não participam das lutas do Movimento com o intuito de conquistar um lote próprio:

[...] Aquelas pessoas que foram acampadas comigo na minha época de acampamento, que tinha filhos com 10 anos, hoje eles tem 30 anos de idade. O pai dele foi assentado e ele é um agregado [...]. Onde é que estão essas pessoas hoje? Essas pessoas estão na usina trabalhando. Os ônibus passam dentro dos assentamentos, pegam eles e levam para trabalhar na usina. Então a pergunta é, esse público estaria acampando, morando no acampamento e lutando pela terra? Não. Porque, talvez, a perspectiva que a família tinha na época em que foi assentada, de [conquistar] uma vida melhor... Eles não conseguiram. E não é porque eles não trabalharam, ou não tinham interesse em trabalhar, e sim por uma série de coisas erradas que fizemos lá atrás. Quando eu falo “fizemos lá atrás” eu estou me incluindo nisso aí. É porque quando eu fui assentado, eu tinha uma visão de prosperar rápido, então tombamos tudo, preparamos a terra, tudo, para perceber o seguinte, não é só isso, você tem que ter comercialização, você tem que ter transporte, uma série de coisas que estão além da sua vontade (Coordenador estadual do MST entrevistado em maio de 2013).

Para o coordenador do MST, as dificuldades enfrentadas pelos camponeses assentados no cultivo e na comercialização de alimentos acabam distanciando alguns

jovens das lutas do Movimento, principalmente, da luta pela terra. Isso nos leva a considerar que, o acesso a terra, embora imprescindível, por si só não garante a reprodução do campesinato. Por isso, a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa é fundamental. É nesse contexto que as lutas mais recentes do MST estão inseridas, especialmente, as manifestações. Através dessas ações, camponeses e proto-camponeses lutam pelo desenvolvimento dos assentamentos rurais, desde infraestrutura básica até a comercialização dos produtos. Logo, as estratégias de luta do MST nestas últimas décadas vai além da luta pelo acesso a terra, exclusivamente. O Movimento propõe uma Reforma Agrária Popular por que sabe que é preciso lutar pela terra, mas também lutar para continuar na terra. E essa luta deve ser de toda a sociedade. Algumas políticas públicas já caminham nesse sentido, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), porém precisam ser cada vez mais aperfeiçoadas e ampliadas, garantindo o acesso de todos os camponeses.

A não participação dos jovens nas lutas pelo acesso a terra também repercute na formação de novos militantes. No que se refere ao setor de frente de massa do MST no estado, por exemplo, praticamente não houve uma renovação expressiva. Pelo contrário, alguns militantes se desdobram na organização das ocupações de terra e manifestações, na organização da produção agropecuária nos assentamentos rurais, nas estratégias de processamento de alimentos, na sistematização de canais de comercialização, entre outros. Observa-se a centralização das funções organizativas do Movimento. Ainda assim, o MST tem cada vez mais se dedicado à atribuição de funções políticas aos jovens e à formação deles, seja técnica ou universitária. Em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, por exemplo, os jovens estão nas cooperativas, nas agroindústrias, na loja da reforma agrária e nas feiras agroecológicas do Movimento. São os protagonistas do cultivo, processamento e comercialização de alimentos. Esses jovens se sentem inspirados a lutar pela terra, reforma agrária, agroecologia, soberania alimentar, ou seja, por outro modelo de desenvolvimento da agricultura. Esse talvez seja o caminho.

A formação educacional e técnica dos proto-camponeses também é essencial caso o MST queira construir um modelo de desenvolvimento da agricultura pautado na agroecologia. Primeiro, porque, a maior parte dos sujeitos que lutam pela terra não completaram o ensino fundamental e, alguns, inclusive, não sabem ler e escrever. Esse fator pode dificultar o acesso a políticas públicas, por exemplo. Segundo, porque esses sujeitos, que já trabalharam ou que trabalham no campo, estão acostumados a produzir a partir das técnicas introduzidas pela revolução verde. Isso fica claro no trecho a seguir, quando um acampado ressalta que sabe produzir utilizando máquinas e agrotóxicos:

Para mim é muito importante, principalmente, pra quem não tem um estudo, que trabalhou só de boia-fria cortando cana-de-açúcar. Meu trabalho é esse. [...] Para mim é importante porque a gente foi criado na roça, nós não temos, minha família mesmo, meus irmãos, não possuem estudo, é tudo da roça. Eles moram perto de Cascavel, mas trabalham na roça, eles estão lá e continuam trabalhando na roça. Eu vou fazer 51 anos, mas durante toda a vida eu lutei pela roça. **Eu sei carpir, sei plantar com máquinas, sei jogar veneno.** O que é importante da roça, eu faço tudo, graças a Deus (Acampado entrevistado em março de 2013, grifo do autor).

Além da não participação dos filhos dos assentados nas ocupações de terra, cerca de 90% dos proto-camponeses possuem mais de 50 anos de idade. Estamos diante do envelhecimento daqueles que compõem as lutas do MST. Talvez em outros períodos essa fosse a mesma realidade. A diferença é que em outros momentos, os filhos dos camponeses também estavam presentes nos acampamentos, nas lutas do Movimento. Hoje, não só os jovens, mas os próprios proto-camponeses raramente moram nos acampamentos, mesmo aqueles que trabalha no campo. Os acampamentos são, na maioria das vezes, frequentados nos finais de semana, dias em que os acampados se reúnem em reuniões de grupos e assembleias gerais para discutir o andamento das lutas. No trecho abaixo, um coordenador do MST relata essa questão:

[...] Esse público hoje, que está nos acampamentos, não tem mais condições de morar nos acampamentos. Não é uma cesta básica que o governo manda que vai resolver o problema. Não resolve [...]. A gente libera as pessoas para cuidarem da sua vida e no final de semana virem ao acampamento ou quando ocorrer uma jornada [de lutas] eles participarem. É a forma e o critério que estamos utilizando nesse momento na questão dos acampamentos. É evidente que depois tem os critérios do ITESP e INCRA para serem assentados [...]. A gente fazia ocupações antigamente com 2 mil pessoas, hoje você fazer com 200 é um [...] (Coordenador estadual do MST entrevistado em maio de 2013).

Contudo, nos dias das lutas do MST, como as ocupações de terra e as manifestações, os proto-camponeses devem estar presentes, compondo os espaços de enfrentamento, resistência e reivindicação.

[...] Um dos critérios fundamentais do Movimento é o seguinte: você não mora no acampamento, mas no fim de semana você tem que estar no acampamento. Nas jornadas [de lutas] que o Movimento fizer, não se discute, você tem que estar lá mesmo. A gente percebe que assim, não está sendo aquela [...] também não. Nas jornadas, as pessoas que deveriam estar lá, estar participando, têm certa limitação [...]. A gente não tem a resposta, então a gente tem que ser flexível nos momentos certos. E se tiver em algum momento endurecer, que endureça. Mas a flexibilidade hoje, eu diria que é pertinente, não pode perder de vista (Coordenador estadual do MST entrevistado em maio de 2013).

Mas nem sempre isso é possível, principalmente nas lutas que exigem um período mais longo, como os acampamentos nacionais. No trecho abaixo, um coordenador do MST relata essa dificuldade:

Nós temos poucas famílias acampadas e desse pouco que tem, raros têm disponibilidade de sair. Por exemplo, era para nós irmos a Brasília e levar 40 pessoas daqui para ficar lá três meses. A gente ralou muito pra ir e acho que foi umas 15 [pessoas] para ficar três meses. Então, são poucas pessoas com disponibilidade de ficar num processo de luta com período meio longo (Coordenador estadual do MST entrevistado em junho de 2013).

Esse cenário ocasiona uma série de problemas, como o escasso intercâmbio e comunicação entre os proto-camponeses e as dificuldades de formação política desses sujeitos, levando à constituição de espaços de enfrentamento e resistência cada vez mais precários do ponto de vista organizacional e político. Como os proto-camponeses praticamente não vivem nos acampamentos, assim como os jovens, não existe a necessidade de organizar alguns setores, como o de educação, saúde, transporte, entre outros. Assim, apesar de existir na teoria, na prática é bem diferente. Os setores que historicamente foram fundamentais para a organização dos acampamentos, não são mais oportunos. No trecho a seguir, um coordenador do MST narra essa realidade:

Altera, porque antes você tinha uma estrutura de um movimento social em que era fundamental estar organizado em vários setores. O setor da frente de massa para pensar a organização da luta, a mobilização. O setor de formação para preparar a formação política do pessoal. O setor de educação porque tinha muita criança, então tinha que pensar como essas crianças iam para escola, como elas voltavam, como a gente acompanha a educação que elas estão tendo na escola, como é que a gente trabalha o desenvolvimento da nossa proposta pedagógica com essas crianças, para desenvolver esse ser humano novo, que o movimento social sonha. O movimento social quer desenvolver a cultura. Como é que a gente evolui na formação dessas pessoas a partir de um desenvolvimento cultural, um pouco diferente do que existe no conjunto da sociedade. E quando essas famílias não estão no acampamento, ela não está mais nessa estrutura da família conforme era lá no início. Essa estrutura organizativa começa a perder o sentido, começa a desorganizar, começa a perder a necessidade, deixar de existir. E o Movimento perde um pouco essa força inicial (Coordenador estadual do MST entrevistado em junho de 2013).

O Movimento constrói dois tipos de acampamentos, aqueles estabelecidos na beira das estradas, bastante precários, pois os proto-camponeses os frequentam alguns dias da semana, e aqueles resultados de ocupações de terra nas propriedades reivindicadas pelo Movimento. Nesse último caso, os acampamentos são espaços de socialização política, onde os proto-camponeses podem interagir e dialogar a respeito da luta pela terra e reforma agrária no estado. Todavia, os acampamentos nas propriedades reivindicadas são mantidos por um curto período de tempo, sendo desmontados logo que o pedido de reintegração de

posse é acionado pelo fazendeiro. Ainda assim, esses espaços são fundamentais para a integração e comunicação dos proto-camponeses. Momento em que esses sujeitos podem dialogar a respeito das suas experiências de vida e luta. Na maioria das vezes, esses acampamentos são construídos nos circuitos de lutas regionais do Movimento, também conhecidos como jornadas de lutas. Nesses momentos, os proto-camponeses participam de um conjunto de lutas na região onde estão acampados. Logo, esses sujeitos participam de diferentes ocupações de terra e manifestações em curto período de tempo. Os circuitos regionais são uma forma de massificação das lutas dos proto-camponeses.

Com o protagonismo dos proto-camponeses, os espaços de enfrentamento e resistência, assim como as estratégias de lutas do MST passaram por algumas modificações. Os sujeitos que lutam por terra e os espaços por eles construídos são complementares e indissociáveis. Faz-se necessário destacar que, os resultados apresentados correspondem às ocupações de terra em algumas regiões do estado de São Paulo. Isso não significa que em outras regiões ou estados encontraremos o mesmo conjunto de elementos tecendo a realidade. As lutas, as estratégias, os espaços e os sujeitos são efêmeros. Mudam constantemente. O que dificulta a construção de análises mais abrangentes. Provavelmente, se analisarmos a mesma realidade nos dias de hoje, encontraremos outros elementos para explicá-la, visto que ela é cotidianamente construída e transformada pelos sujeitos, assim como os espaços e territórios, numa relação dialética. A nossa contribuição se restringe a destacar quem são os sujeitos da luta no estado e quais as estratégias por eles construídas no âmbito da luta pelo acesso a terra, contribuindo, dessa forma, com os debates sobre a (re)criação do campesinato.

### **Considerações finais**

Embora ocorra nuances nos números de ocupações de terra ao longo dos anos, essas ações são fundamentais para a (re)criação do campesinato, promovendo um elemento fundamental do processo de recampesinização, o acesso a terra. Enquanto na década de 1980, em virtude do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura, inúmeros camponeses foram excluídos e expropriados, compondo movimentos socioterritoriais de luta pela terra e reforma agrária. Nos dias atuais, os proto-camponeses são os protagonistas dos processos de luta pelo acesso a terra no estado. Eles são camponeses, ou filhos de camponeses, que migraram para as cidades, tornando-se assalariados. Todavia, com a precarização do trabalho no campo e na cidade, são trabalhadores informais, são desempregados, ou, até mesmo, trabalhadores formais, que encontram na luta pela terra uma forma de obter melhores condições de vida e, sobretudo, segurança alimentar. São sujeitos de diferentes estados do país, que migram

constantemente com o objetivo de conquistar um lote de terra. Do ponto de vista socioeconômico, sobrevivem com renda próxima a um salário mínimo, quando não com renda praticamente nula, dependendo de programas sociais ou doações. Normalmente, possuem mais de 50 anos de idade e baixa escolaridade. Uma parte significativa não sabe ler e escrever. Com o protagonismo dos proto-camponeses, modificou-se a estrutura organizativa nos acampamentos com a inexistência de alguns setores que ao longo das décadas de 1980 e 1990 eram comuns. A interação dos proto-camponeses é cada vez mais precária, visto que a maior parte não mora nos acampamentos, não convive, não dialoga.

## Referências

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CARVALHO, Horácio M. de. O Campesinato Contemporâneo como Modo de Produção e como Classe Social. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2012.
- CHAYANOV, Alexander Von. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valeria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. 1ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- FELICIANO, C. A. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. **Anais do 8 Encontro de Geógrafos da América Latina**. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o Lula fez e a que pode ser feita. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** SADER, Emir (org.). São Paulo: Boitempo, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade.** Reforma agrária, movimento sociais e novas formas de assentamentos. São Paulo: Annablume, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. **CIRADR-FAO,** Porto Alegre-RS, 2006.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PORTO-GONÇALVES, 2005. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias,** v.1, n.1, 2005.

PLOEG, Jan Von de. **Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA,** n. 07, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOBREIRO FILHO, José. **Movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2013.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009.** Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012.

TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements, collective action and politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Recebido para publicação em 10 de agosto de 2016.

Aceito para a publicação em 03 de março de 2017.